



**CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS
PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: SITUAÇÕES DE
INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

**WORKING CONDITIONS OF TEACHERS OF THE
FINAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL:
CIRCUMSTANCES OF INTENSIFICATION OF
TEACHING WORK.**

**Fernando de Lima
Márcia de Souza Hobold**

Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer as condições de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental, buscando identificar situações de intensificação do trabalho docente. É uma pesquisa de abordagem qualitativa que teve como instrumento de coleta de dados o questionário, constituindo-se, neste caso, como uma investigação do tipo *survey*. Considerou-se as vozes de 160 professores de um total de 1.302, todos concursados, com contrato de 40 horas/aulas semanais e que atuavam há mais de 3 anos na rede municipal. Fundamentaram teoricamente a pesquisa: Sampaio e Marin (2004); Marcelo (2009); Tardif e Lessard (2009), dentre outros. A pesquisa revela, entre outras questões, que as condições de trabalho, de maneira geral, são boas, porém há muitos aspectos que podem melhorar. Constatou-se, pelos dados obtidos, situações de intensificação do trabalho docente que comprometem a qualidade do ensino.

Palavras-chave: Trabalho docente; Condições de trabalho; Ensino fundamental.

ABSTRACT

This research aims to know about the working conditions of teachers of the final years of the elementary schools, seeking to identify situations of teachers' intensification work. It is a qualitative study that used a questionnaire as an instrument for data collection, qualifying itself as a research-type survey. One considered the voices of 160 teachers from a total of 1.302, all public servants, with 40 hours/weekly classes who are already working more than three years in public schools. The research is theoretically based on the studies of Sampaio and Marin (2004), Marcelo (2009), Tardif and Lessard (2009) among others. It also reveals that the working conditions can be considered good although there are many aspects that should be improved. One also observed, according the data, situations of intensification of teachers' work that compromise the quality of education.

Keywords: Teaching; Working conditions; Elementary school.

Condições de trabalho dos professores: implicações e aportes teóricos

Atualmente, os professores têm exercido muitas atividades e acumulado funções que ultrapassam a regência de classe, entretanto, as novas atribuições assumidas não foram acompanhadas de alterações significativas nas condições de trabalho dos docentes. Mas, o que se compreende por condições de trabalho dos professores? Para Tardif e Lessard (2009, p. 111):

[...] as “condições de trabalho” dos professores correspondem a variáveis que permitem caracterizar certas dimensões quantitativas do ensino: o tempo de trabalho diário, semanal, anual, o número de horas de presença obrigatória em classe, o número de alunos por classe, o salário dos professores, etc.

Os referidos autores alertam que essa noção “carga de trabalho” é complexa porque remete a diversos fenômenos – dos quais vários não são quantificáveis – que se inter cruzam sem cessar e cuja influência recíproca é difícil, ou mesmo impossível, de separar completamente. Eis os principais fatores que devem ser considerados na determinação da carga de trabalho dos professores:

- Fatores materiais e ambientais, como a natureza dos lugares de trabalho e os recursos materiais disponíveis. Por exemplo, a insuficiência de material adequado, a falta de equipamento informático, a pobreza das bibliotecas [...].
- Fatores sociais, como a localização da escola (em meio rural ou urbano, num quarteirão rico ou pobre etc.) [...].
- Fatores ligados ao “objeto de trabalho”, tais como o tamanho das turmas, a diversidade das clientela, a presença de alunos com necessidades especiais e com dificuldades de adaptação e de aprendizagem, a idade dos alunos, o sexo, o nível de maturidade, etc.
- Fenômenos resultantes da organização do trabalho: o tempo de trabalho, o número de matérias a dar [...] as atividades paradidáticas, as atividades à noite, nos fins de semana, nas férias, etc.
- Exigências formais ou burocráticas a cumprir: observância dos horários, avaliação dos alunos, atendimento aos pais, reuniões obrigatórias, tarefas administrativas, etc. (grifo nosso) (TARDIF; LESSARD, 2009, p. 113-114).

Destaca-se que a atual sociedade neoliberal produz efeitos nocivos às condições de trabalho dos professores. A política de ensino público atual está marcada por aspectos negativos como, por exemplo, baixos salários, equipamentos obsoletos, instalações físicas precárias, ausência de recursos materiais, omissão estatal etc.

Quando se fala das condições de trabalho dos professores, fica difícil não mencionar o fenômeno chamado “precarização do trabalho docente”. Uma das questões bem visíveis da precarização do trabalho docente

refere-se ao salário recebido pelo tempo de dedicação às suas funções.

Os salários pagos aos professores brasileiros apresentam sensível melhora com o passar dos anos de atividade docente, por meio de incentivos dados como adicionais por tempo de serviço ou de qualificação (SAMPAIO e MARIN, 2004).

Ainda segundo as mesmas autoras:

Esse é um fator que incide pesadamente sobre a precarização do trabalho dos professores, pois a pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais (SAMPAIO e MARIN, 2004, p. 1210).

Com a fixação, no ano de 2012, de um piso salarial nacional aos professores de R\$ 1.451,00, espera-se uma melhora na condição de salário dos docentes, mesmo considerando-se muito aquém do devido salário que um professor de educação deveria receber. Todavia, a política salarial adotada no Brasil, no setor público, apresenta grande diversidade, isto é, os vencimentos se diferenciam em decorrência de uma série de fatores, tais como: carreira, contrato de trabalho, do cargo, das gratificações, da titulação etc.

A questão salarial, embora mais comentada na mídia, não cerca todos os problemas que envolvem a precarização do trabalho dos professores. Há outros fatores como, por exemplo, carga horária de trabalho e de ensino, tamanho da classe, a disciplina dos alunos, o comprometimento das famílias, a infraestrutura das escolas.

Nos últimos anos, diversas instituições tanto públicas quanto privadas implantaram as chamadas “horas-atividade”, destinadas ao desenvolvimento das atividades de preparo de aulas, de correção de trabalhos de alunos, de apoio aos alunos nas atividades extracurriculares e de formação em serviço para os próprios professores (SAMPAIO; MARIN, 2004). A implantação da hora-atividade talvez represente uma das mais importantes ações da rede municipal de ensino voltada à melhoria das condições de trabalho dos professores nos últimos anos, pois contribui para o estudo, o planejamento e o processo de avaliação dos estudantes (elaboração de correção das atividades avaliativas).

No que tange às horas relacionadas ao ensino propriamente dito, o Brasil tem por força da Lei 9.394/96 a definição de 200 dias letivos por ano, o que resulta 4 horas em média por dia, num total de 800 horas/ano para o ensino fundamental.

Outro fator ligado diretamente às condições de trabalho diz respeito ao tamanho da classe com as quais os professores devem trabalhar que, segundo Siniscalco (2003, p. 33), é “o número médio de alunos na sala de aula de um professor durante um período escolar, e representa um indicador importante das condições de

trabalho dos professores, assim como das condições de aprendizagem dos alunos”.

De maneira geral, “as classes menos numerosas são privilegiadas pelos professores porque sua carga de trabalho torna-se menor e, sobretudo, eles podem dar mais atenção a cada aluno” (TARDIF; LESSARD, 2009, p. 131).

As condições de trabalho também dependem da disciplina dos alunos em sala e, atualmente, a indisciplina na classe é uma das principais fontes de insatisfação dos professores. Além de aumentar a carga de trabalho, pois o professor acaba tendo que constantemente orientar o aluno quanto às suas atitudes, a indisciplina gera “tensões entre os professores e engendram, inclusive, um sentimento de impotência para atender às necessidades dos alunos” (TARDIF; LESSARD, 2009).

Está cada vez mais comum encontrar pais que simplesmente delegam às escolas a educação integral de seus filhos, incluindo desde noções de higiene pessoal até regras básicas de comportamento no convívio social. O professor tem quase que agir como um “segundo pai” para suprir a ausência dos responsáveis pelo aluno. Isso tem provocado um clima tenso e muitas vezes pouco amistoso no interior das escolas, completamente desfavorável ao processo de ensino e aprendizagem.

Há alunos que comprometem o andamento das atividades escolares, colocando em risco a segurança dos colegas de classe e de todos os demais integrantes da estrutura escolar. Essas situações contribuem para que o docente tenha sensação crônica de sobrecarga de trabalho, exigindo de si conhecimentos e saberes que muitas vezes não os possui. Oportunas as palavras de Duarte (2011, p. 167):

O fato de o docente se deparar com questões as quais ele não está preparado para enfrentar gera tensões e dilemas, pois vão exigir, do professor, improvisações, respostas rápidas e competências variadas que, muitas vezes, ele não detém.

O papel das famílias também é importantíssimo na educação de seus filhos. Muito mais do que acompanhar o rendimento do filho em casa, é também importante a família participar do cotidiano escolar, fazendo-se presente nas reuniões de pais, acompanhar os filhos nos atendimentos psicológicos e pedagógicos, nos jogos escolares, nas feiras e nas exposições promovidas pela escola, bem como nas tarefas escolares.

Por fim, a infraestrutura educacional é um dos componentes fundamental no resultado da qualidade da educação como um todo, porém quando essa questão básica não é atendida, ou mesmo deixada de lado, além de acarretar aos profissionais da educação certo desconforto para realização do seu trabalho, os impedem de exercer com propriedade suas funções.

Percurso Metodológico

A abordagem da pesquisa é qualitativa. Segundo Gatti e André (2010, p. 30-31), por meio deste tipo de abordagem, “passa-se a advogar [...] a não neutralidade, a integração contextual e a compreensão de significados nas dinâmicas histórico-relacionais”.

A pesquisa foi encaminhada para 1.302 professores efetivos (concursados), com mais de três anos na rede municipal, dos anos finais do ensino fundamental, independente da sua formação inicial, idade ou sexo. Responderam ao questionário 12,28% (doze vírgula vinte e oito por cento) dos professores, ou seja, 160 deles participaram efetivamente da pesquisa. Esta pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e seguiu as prerrogativas da Resolução CNS 196/96. Assim, a participação dos professores deu-se de forma voluntária e garantiu-se o anonimato aos docentes.

O critério de inclusão adotado para seleção deste grupo era que fossem professores concursados, com contrato de 40 horas/aulas semanais e que não estivessem mais no estágio probatório, ou seja, que atuassem há mais de 3 (três) anos na rede municipal.

Os dados foram coletados por meio de questionários autoaplicáveis encaminhados a 85 escolas da rede municipal que oferecem os anos finais. Antes do encaminhamento dos questionários às escolas, foi feita uma pré-testagem do instrumento de coleta de dados com os professores da própria rede municipal.

O questionário foi desenvolvido com 32 questões sendo 24 fechadas e 8 abertas, divididas em duas categorias: “Perfil do professor” e “Você e a sua profissão”.

Na primeira parte dos questionários, foi enviada uma carta a fim de explicar o objetivo da pesquisa, bem como os responsáveis pelo desenvolvimento da investigação. Também foi realizada uma reunião com integrantes da Secretaria Municipal de Ensino e com os diretores escolares para apresentar os objetivos da pesquisa e a forma de coleta de dados. Nesta reunião, foi solicitado que os diretores incentivassem a participação na pesquisa bem como de que não haveria nenhuma forma de identificação dos docentes que depositariam os questionários em envelopes lacrados e encaminhariam a uma caixa que somente o pesquisador teria acesso.

Paralelamente ao questionário, foram realizadas leituras de documentos da legislação vigente que contextualizaram o pesquisador sobre as diretrizes do trabalho docente na rede municipal e, mesmo, federal.

Considera-se a pesquisa integrante do método *survey*, pois:

As *surveys* são um dos métodos empregados com mais frequência na pesquisa social e são utilizadas igualmente pelo governo, pelos pesquisadores acadêmicos nas universidades e pelas organizações militares.

Quase todas se caracterizam pela coleta de dados referente a um grande ou muito grande número de pessoas. (MAY, 2004, p. 109)

As respostas das questões fechadas obtidas por meio dos questionários foram analisadas com a utilização do programa de análise estatística chamada *Statistical Package for Social Science* (SPSS), que traduzido para o idioma nacional significa “Pacote Estatístico para as Ciências Sociais”.

Para analisar as questões de respostas abertas (descritivas) e mesmo fechadas, utilizou-se da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). De acordo com Bardin, a análise de conteúdo, enquanto um conjunto de instrumentos metodológicos aplica-se a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 1977).

Inicialmente, as respostas dadas às questões abertas foram analisadas pelo processador de texto “Word”, produzido pela *Microsoft*. Em razão das limitações deste processador, adotou-se, posteriormente, o “Excel” que é um *software* mais indicado para elaboração de tabelas e análise de dados porque permite, por meio de filtros, a visualização de números ou percentuais de pequenos recortes feitos ao longo da pesquisa. Foram atentamente observadas as recorrências, as complementaridades, as contradições e, inclusive, o não dito nas respostas tanto de um mesmo respondente quanto do grupo de sujeitos.

Ressalta-se que os professores foram identificados pela letra “P” de professor, seguida da numeração que foi dada para cada um dos docentes (P1, P2, P3 etc.) e, assim, sucessivamente.

As condições de trabalho dos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental

O pano de fundo desta pesquisa é a Rede Municipal de Ensino de uma cidade do Sul do país, na região nordeste de Santa Catarina, e o propósito deste artigo é conhecer as condições de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental, buscando identificar situações de intensificação do trabalho docente.

As novas exigências educativas anunciadas pelas mudanças tecnológicas do atual momento histórico, frequentemente assinaladas pelas políticas educacionais, não estão sendo acompanhadas de alterações significativas nas condições de trabalho, o que está exigindo dos professores novas competências sem o correspondente suporte teórico-prático, conforme denuncia o professor (P128): “*O trabalho com os alunos com necessidade especial*”, que além de aumentar a carga de trabalho, requer, na opinião deste respondente, um conhecimento e uma prática que o profissional muitas vezes não tem.

A desvalorização salarial também implica sobre as condições de trabalho. A questão dos baixos salários não é um problema específico da rede municipal de ensino

pesquisada. Pelo contrário, é um dilema vivido por centenas de profissionais ligados à educação em todo o país. Além das diferenças salariais que existiram até a recente fixação do piso salarial, “os salários recebidos pelos professores não são tão compensadores, especialmente em relação às tarefas que lhes são atribuídas” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 247).

O rebaixamento salarial provoca, conseqüentemente, uma limitação do padrão de vida dos professores, o que se convencionou chamar nos últimos anos de precarização do trabalho docente. Nada mais que um fenômeno por meio do qual se acentua a carga de trabalho e o sentimento de vulnerabilidade do professor. Há outros fatores, como, por exemplo, carga horária de trabalho e de ensino, tamanho da classe, a disciplina dos alunos, o comprometimento das famílias e a infraestrutura das escolas, que contribuem para a configuração da chamada precarização do trabalho docente.

A somatória de fatores gera um processo de intensificação do trabalho docente, pelo acúmulo e diversificação de funções e sobrecarga de jornadas de trabalho, estritamente relacionada com os baixos salários. Esse drama experimentado pelos docentes fica evidenciado nas palavras do professor que segue.

A carga de trabalho tem sido sempre a mesma; o que é pouco é o tempo para realizar tantas atividades e o desgaste é muito grande, tanto físico quanto mental, inclusive com os alunos (P121).

A intensificação do trabalho representa uma das formas tangíveis pelas quais os privilégios da atividade docente, tais como a permanência em uma única escola e horas-atividades suficientes para estudo, planejamento e avaliação, são degradados. Ela tem vários sintomas, do trivial ao mais complexo: desde não ter tempo sequer para ir ao banheiro, tomar uma xícara de café, até uma falta total de tempo para conservar-se em dia com sua área (APPLE, 1987). Como argumenta um professor sobre suas condições de trabalho:

Hoje os recursos que podemos utilizar para tornar as aulas atrativas são muitos, mas todos precisam ser testados e bem planejados, este planejamento requer tempo. Ter quatro séries/anos para planejar também é desgastante. (P157)

Surpreendentemente, a partir de todos os dados coletados, pode-se afirmar, de maneira geral, que as condições de trabalho dos professores investigados são boas. Diferentemente do que é divulgado pela imprensa, constatou-se que dos 27 itens investigados, a maioria foi bem avaliada. Ocorre que, além desses itens investigados, há outras variáveis imbricadas nas condições de trabalho que não agradam aos professores da rede, como se verá mais adiante.

Para se chegar a essa constatação, relacionou-se todos os itens pesquisados num quadro contendo três alternativas, quais sejam: “positivo”, “negativo” e “empate”.

A alternativa “positivo” foi assinalada sempre quando o item foi bem avaliado como, por exemplo, quando o

professor assinalou opções como “ótimo”, “bom” ou “adequado”. A alternativa “negativo” foi assinalada sempre quando o item foi mal avaliado como, por exemplo, quando o professor assinalou opções como “regular” ou “não adequado”. Já a opção “empate” foi

assinalada somente nos casos em que a quantidade de professores que optou pelas alternativas “positivo” e “negativo” era idêntica. O quadro 1 dá um panorama das condições de trabalho dos professores

Quadro 1 - Avaliação geral das condições de trabalho

	Positivo	Negativo	Empate
Relacionamento com administração da escola	X		
Relacionamento com colegas docentes	X		
Troca de informação/experiência entre docentes		X	
Suporte técnico	X		
Necessidade de trabalho fora da escola		X	
Sentimento de pressão em seu trabalho			X
Número de alunos por turma		X	
Disponibilização de material p/ as aulas	X		
Pincel atômico para escrever no quadro	X		
Satisfação com o salário		X	
Disponibilização de sala informatizada	X		
Sentimento de segurança no local de trabalho	X		
Ações da SE que auxiliam nas condições de trabalho		X	
Ações da escola que auxiliam nas condições de trabalho			X
Valorização pelo trabalho desenvolvido	X		
TOTAL POR ITENS	8	5	2

Fonte: Questionário da pesquisa “Condições de Trabalho dos Docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental” (2011)

Com relação aos quesitos constantes no quadro acima, percebeu-se que a maioria deles foi bem avaliado, tendo apenas dois empates. Ou seja, 75 (46,9%) professores afirmaram que se sentem pressionados em seu trabalho docente quanto às exigências do atual contexto socioeducacional, porém outros 75 (46,9%) já afirmaram o contrário. No quesito “ações da escola que auxiliam nas condições de trabalho”, 44 (27,5%) docentes disseram que a escola costuma dispensá-los para participarem de eventos, porém outros 44 (27,5%) já afirmaram que a escola não desenvolve nenhuma das alternativas oferecidas na questão nº 29 (*Assinale as alternativas desenvolvidas nesta escola que, em sua opinião, auxiliam na melhoria da sua condição de trabalho?*) A partir desses dados, pode-se inferir que há tratamento

diferenciado aos professores pelas gestões das escolas da rede.

Para as questões que abordaram a infraestrutura tanto das escolas quanto das salas de aula, a dinâmica de avaliação foi um pouco diferente a fim de se manter a lisura no processo de análise dos dados. Nessas questões, os professores tinham três opções, quais sejam: “adequado”, “parcialmente adequado” e “não adequado”. A opção “empate” foi marcada somente nos casos em que a quantidade de professores que assinalou duas ou mais alternativas era idêntica. Nesse caso, optou-se em assinalar com um “x” em todas as alternativas empatadas. O quadro 2 permite que se tenha uma visão mais clara da infraestrutura das escolas.

Quadro 2 - Avaliação geral / infraestrutura das escolas

	Adequado	Parcialmente adequado	Não-adequado	Empate
Acessibilidade		X		
Banheiro	X			
Biblioteca	X			
Espaço externo p/ atividades		X		
Localização	X			
Ruído		X	X	X
Sala dos professores	X			
TOTAL POR ITENS	4	3	1	1

Fonte: Questionário da pesquisa “Condições de Trabalho dos Docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental” (2011)

Há predomínio de quesitos adequados (4) seguidos daqueles classificados como parcialmente adequados (3). Isso denota que a infraestrutura das escolas na rede municipal não deixa tanto a desejar, tendo apenas um único quesito dentre os sete pesquisados classificado como “não adequado”. É importante destacar que é

justamente o ruído classificado como “não adequado” em que houve o empate e, como as opiniões se dividiram, ele foi computado tanto como “parcialmente adequado” quanto como “não adequado”.

O quadro 3 permite que se tenha uma visão mais clara da infraestrutura das salas de aula.

Quadro 3 - Avaliação geral / infraestrutura das salas de aula

	Adequado	Parcialmente adequado	Não adequado	Empate
Arejada		X		
Iluminação	X			
Metragem x Número de alunos		X		
Mobiliário		X		
Ruído		X		
TOTAL POR ITENS	1	4	0	0

Fonte: Questionário da pesquisa “Condições de Trabalho dos Docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental” (2011)

A avaliação das salas de aula já não é tão positiva quanto à avaliação das escolas em si. Como se pode notar, predominam quesitos classificados como “parcialmente adequados” (4), tendo apenas um único como “adequado”.

Percebe-se que o município (a prefeitura) está cumprindo seus deveres previstos na Lei nº 5.629, de 16 de outubro de 2006, que estabelece as diretrizes do Sistema Municipal de Educação, mais especificamente aquele contido no art. 10, inciso V, que prevê condições físicas dos prédios e equipamentos adequados para o bom funcionamento das escolas.

Sobre a avaliação das condições de trabalho pelos professores, de maneira geral, ter sido boa, fica evidente nessa pesquisa que a rede municipal de ensino tem muito a melhorar em vários aspectos.

Com relação à infraestrutura, mais computadores à disposição dos professores e dos alunos foram reivindicados. A falta deles no espaço escolar foi apontada como um dos fatores responsáveis pelo aumento

da carga de trabalho a ser levada para casa. Alguns deixam de desempenhar suas tarefas diárias na hora-atividade simplesmente por não haver computador disponível na escola. Isso também reflete na qualidade das aulas porque nem todos têm tempo para o planejamento e a realização de pesquisas fora da escola.

Há muita insatisfação pela ausência de salas ambiente nas escolas da rede. A instalação delas tem trazido mais conforto aos professores, pois estes deixam de transportar, a cada troca de aula ou turma, todo o material de apoio de que necessitam, muitas vezes pesado e de difícil transporte devido ao seu tamanho. Onde há sala ambiente, a qualidade das aulas acaba aumentando por conta da variedade do material disponível e, conseqüentemente, o professor se cansa menos. Vários outros itens foram citados, como, por exemplo, quadras de esportes cobertas, climatização das salas de aula, mais materiais disponíveis para a pesquisa¹⁵.

¹⁵ Embora esse item “Disponibilização de material para as aulas” tenha sido classificado como “positivo” pelos professores

Além das questões relacionadas à infraestrutura, momentos para troca de informação/experiências entre os docentes, redução do número de alunos por turma e uma atuação mais efetiva da Secretaria de Educação, com o fornecimento de cursos de formação continuada, por exemplo, também foram apontados como medidas necessárias para melhoria das condições de trabalho nas escolas da rede municipal.

Situações de intensificação do trabalho docente

Foram levantados por meio do questionário, 16 itens que, na concepção dos respondentes, contribuem para a intensificação do trabalho docente.

A indisciplina dos alunos foi o item mais citado, tendo 25 ocorrências. Isso não causa estranheza, pois o comportamento dos alunos tem sido motivo de acirrados debates não só no ambiente escolar, mas também na sociedade, pelos canais de comunicação, como o rádio, a televisão e a *internet*.

O comportamento indisciplinar discente é apontado como uma das causas que leva inclusive muitos professores principiantes a desistirem até da profissão. Isso é corroborado por Marcelo (2009, p.126):

[...] A realidade cotidiana dos professores principiantes nos mostra que muitos deles desistem, e o fazem por estarem insatisfeitos com seu trabalho devido aos baixos salários, a problemas de disciplina com os alunos, à falta de apoio, e às poucas oportunidades para participação na tomada de decisões.

De forma contrária ao que se esperava encontrar, os baixos salários só foram apontados por 5 (3,1%) professores. Supor que os professores da rede estejam satisfeitos com a remuneração que recebem é incorreto, pois o aumento salarial é registrado por muitos deles como alternativa, inclusive, para melhoria das condições de trabalho.

Outra causa de aumento da carga de trabalho apontada pelos docentes da rede e que, conseqüentemente, intensifica o trabalho diário, é a falta de interesse dos alunos. Dos dados apurados, e segundo os professores, as famílias não estão comprometidas com a educação de seus filhos e essa falta de comprometimento contribui para o aumento dos índices de recuperação, também indicados por 19 (11,8%) dos professores e propicia, igualmente, a dificuldade na aprendizagem, citada por 6 (3,7%) deles.

Em contrapartida, quando os pais participam ativamente da vida escolar dos filhos, segundo os docentes, o rendimento destes sobe e todos os envolvidos ganham com isso. Infere-se que os professores trabalham mais animados quando sentem o apoio das famílias, pois

conforme descrito no quadro 1, 59 (36,9%) dos docentes disse que, às vezes, a escola disponibiliza material. Outros 12 (7,5%) responderam que a escola simplesmente não disponibiliza.

constatam que os alunos atingem índices de aproveitamento mais elevados porque se sentem mais estimulados, bem como a escola consegue otimizar melhor a ocupação das vagas porque diminui a repetência e, conseqüentemente, corrigi a taxa de distorção idade-série dos estudantes, quase sempre presente em todas as escolas brasileiras.

A questão do desinteresse dos alunos nem sempre pode ser visto como falta de motivação pela escola e pelo processo de aprendizagem. O aluno de hoje quer aprender, mas não o que os professores querem ensinar e do jeito que estes querem ensinar. Muitos professores viveram em décadas passadas período em que havia autoridade na escola. Atualmente, isso não é comum, mas, muitos lutam intensamente para recriar e voltar a esses tempos e pouco mudam suas práticas de ensino. Acaba ocorrendo um distanciamento entre os estudantes e professores, tendo em vista que as práticas pedagógicas nem sempre são atraentes e diferenciadas. As escolas, em sua maioria, conservam a dinâmica de anos atrás. Marcelo (2009, p. 123) retrata com maestria essa atual conjuntura presente no sistema educacional:

Mas se os alunos desempenham um papel importante na configuração da identidade profissional docente, não é menos verdade que os alunos de hoje em dia tenham mudado em relação àqueles de algumas décadas atrás. Os chamados “nativos digitais” – jovens que nasceram na era da computação, familiarizados com os celulares e a comunicação sincrônica, habituados a se exercitarem confortavelmente no hipertexto, amantes dos *videogames* e com capacidade de processamento flexível de múltiplas fontes de informação – começaram a povoar nossas escolas e centros de ensino. E essas mudanças devem ser levadas em conta pelos docentes, para saber a que tipo de alunos estamos nos dirigindo.

Esse fenômeno está afetando a própria identidade profissional do professor, forçando-o a mudar sua prática e certos valores, bem como a se preocupar mais com as influências decorrentes da aprendizagem informal.

Outra queixa bastante presente nos questionários, relacionada à intensificação do trabalho docente, é a pouca quantidade de hora-atividade. Os professores relatam que elas são fundamentais para elaboração do planejamento de aula, para fazer leitura, pesquisas, correção de provas etc. A resposta do professor (P102), quando indagado “o que tem aumentado a sua carga de trabalho?”, retrata essa realidade: “o não cumprimento da lei federal que trata das aulas atividades: de 20% para 33,33%. Teríamos menos turmas, menos alunos. Mais tempo para estudo e planejamento”.

Com efeito, a queixa procede porque o governo municipal não está cumprindo a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008), que prevê, além do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, o percentual de 33% da jornada de trabalho de hora-atividade.

No primeiro semestre de 2011, uma greve dos professores paralisou as aulas em toda a rede municipal por mais de 50 dias. Os professores reivindicavam principalmente aumento salarial e a majoração do percentual de 20% de hora-atividade, até então recebidos, para 33,33%, conforme prevê o art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.378/2008: “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. (BRASIL, 2008).

A intensificação do trabalho docente na rede municipal também pode ser medida com a quantidade de horas que, em média, os professores necessitam, fora da escola, para dedicar-se às atividades da docência, considerando a carga horária de 40 horas semanais: 68,7% responderam que necessitam de 4 ou mais horas para dar conta da carga de trabalho semanal. Nesse sentido, considerando que o professor nada recebe para trabalhar em casa, a necessidade de horas identificada por mais da metade deles é bastante expressiva, o que revela a intensificação do trabalho docente na rede municipal, explicado nas palavras de Del Pino; Vieira e Hypolito (2009, p. 130):

A intensificação do trabalho docente permite a continuidade do controle que tende a agir durante todo o processo de trabalho. Há uma redução da qualidade do tempo e uma sensível diminuição do tempo de lazer e de descanso. A intensificação é um processo que gera uma sensação crônica de sobrecarga de trabalho. O controle foge das mãos dos trabalhadores.

O que também chama muito a atenção são as atividades que os professores informaram que desempenham nessas horas de trabalho fora da escola. São praticamente as mesmas que realizam em suas horas-atividade, o que revela serem insuficientes para a quantidade de alunos e turmas que possuem. O planejamento de aulas e as correções de provas e trabalhos foram as atividades mais recorrentes nas falas dos professores.

Pouco mais de 50% dos professores pesquisados lecionam do 6º ao 9º ano, o que os obriga a desenvolverem diferentes planos de aulas e variados meios de avaliação, diariamente. Como não dão conta de concluir todas as tarefas em suas horas-atividade, acabam levando trabalho para casa. Aqui fica nítido o processo de intensificação demarcado por Oliveira como aquele decorrente da extensão da jornada dentro do próprio estabelecimento escolar em que o profissional atua. Trata-se de um aumento das horas e carga de trabalho, sem qualquer remuneração adicional. Ou seja, as atividades docentes extrapolam a jornada de trabalho e o profissional é obrigado a levar trabalho para casa (OLIVEIRA, 2006).

Apesar de ter havido quase uma unanimidade acerca da necessidade de se trabalhar algumas horas fora da escola para dar conta da demanda, apenas dois

professores responderam que isso não ocorre com eles, conforme respostas que seguem.

Não necessito de horas atividades fora da escola. (P115)

Atualmente nenhuma, não levo nada para fazer fora da escola. Já fiz muito isso, hoje não faço mais. (P149)

Com o objetivo de se tentar entender o porquê de os referidos professores terem sido os únicos a afirmarem que dão conta de realizar todos os trabalhos docentes dentro da escola, voltou-se ao seu perfil. Após análise das características individuais de cada um, constatou-se tratar-se de profissionais com mais de 40 anos de idade, com 40 horas semanais, que possuem pós-graduação em nível de especialização e mais de dez anos de experiência na rede municipal. O somatório dessas características leva a inferir que a experiência profissional, aliada à maturidade do trabalhador e ao tempo de permanência na rede, ajuda o professor a ter mais desenvoltura no cotidiano escolar.

Quando os professores foram questionados sobre o que poderia melhorar as condições de trabalho, investimentos na infraestrutura das escolas foi o item que mais teve recorrências, seguido do pedido de mais aulas-atividades e melhores salários. É, no mínimo, contraditório. Pois, era de se esperar que citassem alunos mais disciplinados conforme dados apurados anteriormente.

Vale registrar que apenas 3 respondentes informaram que a carga de trabalho não tem aumentado nos últimos anos. Esse último dado é curioso porque destoa da grande maioria. Assim, optou-se em transcrever tais respostas que seguem:

A carga de trabalho diminuiu com a implantação das 32 horas dadas e 8 horas atividades, foi um avanço, pequeno sim, mas foi.”(P2);

“Nada” (P115);

“Não tem aumentado” (P153).

Pela resposta do (a) professor (a) (P2), conclui-se que a quantidade de hora-atividade, na sua concepção, é suficiente para fazer frente às atividades que o professor necessita desenvolver fora da sala de aula. Ou, ainda, que o aumento de 10% para 20% da hora-atividade já foi valorizado pelo professor para a organização e desenvolvimento do seu trabalho.

Uma pequena quantidade de professores (4 ou 2,5%) citou a inclusão como causa do aumento da carga de trabalho. Diante disso, os dados sugerem que, partindo-se do pressuposto que existam diversos casos de inclusão na rede, esta esteja ocorrendo no município de forma tranquila.

Como já dito em outros momentos, alguns professores aproveitam essas pesquisas para desabafar e até mesmo fazer apelos. Uma resposta que chamou a atenção foi a do professor (P101): “*Quero fazer pós, não consigo (trabalho x salário)*”.

Essa resposta converge para outro aspecto sinalizador do processo de intensificação do trabalho docente que é o baixo salário dos professores na atualidade (LOURENCETTI, 2008).

A satisfação salarial também foi complementada de forma mais direta quando 126 (78,8%) professores disseram que estão insatisfeitos com o salário recebido e somente 27 (16,9%) professores informaram que estão satisfeitos. Outros 7 (4,4%) não responderam a questão. Dos dados apresentados, infere-se que os docentes da rede municipal, na grande maioria, não estão satisfeitos com o salário recebido, entretanto, não são diferentes das demais regiões brasileiras porque, em geral, os salários são muito baixos e incompatíveis com a importância da profissão.

Considerações Finais

As condições de trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino pesquisada revelaram-se, de maneira geral, como sendo boas no que diz respeito aos 27 itens investigados, embora existam outras variáveis agindo negativamente sobre o trabalho docente na rede.

Percebeu-se que as instalações físicas já existentes nas escolas são razoáveis, porém poderia haver outros investimentos como, por exemplo, a construção de quadras de esportes cobertas, climatização das salas de aula, mais materiais disponíveis para a pesquisa, a fim de melhorar o bem-estar e a autoestima dos professores e, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem. Há, também, necessidade de mais computadores para uso do corpo docente e discente, bem como um desejo muito grande por salas-ambiente, que pudessem trazer mais qualidade para as aulas e conforto para os professores.

Os salários dos docentes parecem não ser tão associados às condições de trabalho porque foram citados por apenas 5 (3,1%) deles, o que é justificável pelo fato de que alguns profissionais não vinculam a questão salarial às condições de trabalho. Percebeu-se que as variáveis imbricadas nas condições de trabalho são as maiores fontes geradoras de insatisfação, tais como: a indisciplina e o desinteresse dos alunos, as horas-atividade insuficientes e aquém do previsto em lei.

A atual indisciplina dos alunos pode ser explicada por vários motivos, sendo um deles o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho desde os anos 1970. Em virtude da necessidade econômica que se intensificou com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores, muitas mulheres se viram obrigadas a buscar uma complementação para a renda familiar. Isso reduziu o tempo de permanência dos alunos na companhia dos pais, pois em muitas famílias ambos passaram a trabalhar fora, chegando muitas vezes em casa somente à noite, já bastante cansados. Com esse novo perfil das

famílias, pode-se inferir que, infelizmente, em muitos lares a educação dos filhos foi delegada aos professores, que cada vez mais precisam descobrir alternativas para vencer a difícil tarefa de ensinar e educar. Outras formas de organização da família, presentes na atualidade, também indicam que a educação dos filhos é uma tarefa que exige muito dos pais ou de quem se responsabiliza pela tarefa de educar.

Além do mais, as exigências de intensificação das horas de trabalho nas empresas brasileiras, derivadas do modelo capitalista, nem sempre contribuem para que os responsáveis pela educação possam usufruir com tranquilidade de horas de lazer, bem como que tenham condições econômicas adequadas para investir em seus filhos. Ou seja, o trabalho tem se tornado uma atividade tão intensa e desgastante que os pais, ou responsável pelas crianças e jovens, procuram compensar a ausência ou falta de energia, até mesmo para brincar, com uma permissividade nem sempre contributiva.

Os dados revelaram também que o tratamento concedido aos professores é diferenciado na rede municipal, dependendo da escola onde atuam, o que reflete diretamente nas condições de trabalho de cada um. Ou seja, alguns professores reclamaram que sofrem pressão da administração escolar no desempenho de suas atividades, bem como não são dispensados para participarem de eventos quando desejam, tampouco recebem da escola o material que solicitam para o bom desenvolvimento das atividades em sala, enquanto outros afirmaram exatamente o contrário.

A pouca quantidade de horas-atividades para o desenvolvimento dos estudos, planejamento das aulas e correções de provas e trabalhos é fonte de muita reclamação. Os professores revelaram estar sobrecarregados com as novas tarefas que lhes são exigidas nos últimos anos (digitação de notas, preenchimento de diário eletrônico, novos saberes para lidar com a inclusão etc.) sem ganharem nada, ou melhor, muito pouco em troca. Os pedidos para majoração das horas-atividade foram reproduzidos na fala de dezenas de professores.

Além da insuficiência das horas-atividades, desvelou-se o descumprimento pelo governo municipal de um dever legal, isto é, o percentual de apenas 20% de hora-atividade ao invés dos 33,33% devidos pela Lei Federal nº 11.378/2008. Por isso, faz-se necessário que o governo reveja sua postura e majore o percentual para os 33,33% determinado pela referida lei. Além de satisfazer os professores, demonstrar-se-á o cumprimento de um dever legal, bem como a preocupação do município com a valorização dos profissionais do magistério e com a melhoria da qualidade de ensino.

Referências

- APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa* 60 (fev.), p. 3-14, 1987.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008*. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, [...]. Publicado no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2008.
- DEL PINO, Mauro Augusto Burkert; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente, controle e intensificação: câmeras, novo gerencialismo e práticas de governo. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs.). *A intensificação do trabalho docente: Tecnologias e produtividade*. Campinas, SP: Papirus, 2009.
- DUARTE, Adriana. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. In: DUARTE, Adriana; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Orgs.). *Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.
- GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.
- _____; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Orgs.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- JOINVILLE. *Sistema Municipal de Educação*. Lei nº 5.629, de 16 de outubro de 2006. Estabelece as diretrizes do Sistema Municipal de Educação.
- LOURENCETTI, Gisela do Carmo. *O trabalho docente dos professores secundários na atualidade: intersecções, particularidades e perspectivas*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2008.
- MARCELO, Carlos. A identidade docente: constantes e desafios. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente*. Belo Horizonte, v. 1, n. 01, p. 109-131, ago./dez., 2009.
- MAY, Tim. *Pesquisa Social: Questões, Métodos e Processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade de. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006.
- SAMPAIO, M. M.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set-dez, 2004.
- SINISCALCO, Maria Teresa. *Perfil estatístico da profissão docente*. Tradução: B&C Revisão de Textos S/C Ltda. São Paulo: Moderna, 2003.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Tradução de João Batista Kreuch. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Sobre os autores

Fernando de Lima

Especialista em Direito Tributário/UFSC

Mestrando na Universidade da Região de Joinville/ UNIVILLE – Mestrado em Educação

E-mail: ferhed@terra.com.br

Endereço: Rua: Lages, 611 / ap. 704, Centro – Joinville-SC / CEP: 89201-205

Márcia de Souza Hobold

Doutora em Educação - Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. É professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIVILLE. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho e a Formação Docente – GETRAFOR e do projeto de pesquisa “Trabalho e Formação Docente na Rede Pública Municipal de Ensino”.

E-mail: marcia.hobold@univille.br

Endereço: Rua Adalberto Schmalz, 401, casa 27, Bairro Glória, Joinville/SC. CEP 89217-260.

Recebido em: 20.02.2013

Aceito para publicação em: 27.04.2013